

Daniel Bensaïd e a razão dialética: classes sociais e a luta de classes

Pedro Meira Gava Ramos Barbosa

Resumo:

Daniel Bensaïd (1946-2010) foi um importante militante e intelectual marxista francês. Sua contribuição para a renovação do marxismo está sendo cada vez mais reconhecida e estudada ao redor do mundo. No presente trabalho, nosso principal objetivo é analisar a concepção de Bensaïd sobre as classes sociais e a luta de classes, buscando compreender e articular os seus aspectos principais e seus traços fundamentais. O texto está estruturado em quatro movimentos. No primeiro, evidenciamos as reflexões filosóficas que fundamentam as elaborações de Bensaïd sobre as classes sociais. No segundo, nos dedicamos a analisar a sua leitura sobre a questão das classes em *O Capital*, de Marx. No terceiro, o esforço analítico se volta para as reflexões de Bensaïd sobre os escritos políticos de Marx. Por fim, no movimento final abordamos a questão da luta de classes. Para a elaboração deste trabalho, fizemos a leitura de textos selecionados de Daniel Bensaïd, investigação na qual teve destaque duas de suas obras centrais: *Marx, o intempestivo* e *A discordância dos tempos*, ambas publicadas em 1995.

Palavras-chave: Marx; marxismo; classes sociais; luta de classes; Daniel Bensaïd

Abstract:

Daniel Bensaïd (1946-2010) was an important French Marxist militant and intellectual. His contribution to the renewal of Marxism is being increasingly recognized and studied around the world. In the present work, our main objective is to analyze Bensaïd's conception of social classes and class struggle, seeking to understand and articulate its main aspects and its fundamental traits. The text is structured in four movements. In the first, we highlight the philosophical reflections that support Bensaïd's elaborations on social classes. In the second, we analyze his reading of the question of classes in Marx's *Capital*. In the third, the analytical effort turns to Bensaïd's reflections on Marx's political writings. Finally, in the final movement we address the question of class struggle. For the elaboration of this work, we read selected texts by Daniel Bensaïd, investigation in which two of his central works were highlighted: *Marx for our times* and *The discordance of times*, both published in 1995.

Keywords: Marx; Marxism; social classes; class struggle; Daniel Bensaïd

Introdução

Daniel Bensaïd (1946-2010) foi um importante militante e pensador marxista francês. Segundo Tariq Ali (2013, p. 6-12), teórico marxista de origem paquistanesa radicado na Inglaterra e editor da *New Left Review*, ele teria sido não apenas o “principal intelectual público marxista da França”, mas também “um dos mais talentosos intelectuais marxistas europeus de sua geração”¹. Já para alguém como Michael Löwy (2019, p. 9), pensador marxista franco-brasileiro e diretor de pesquisa no *CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique* (Centro Nacional de Pesquisa Científica) francês, seria possível caracterizar Bensaïd, sem exageros, como “um dos principais representantes da renovação do pensamento marxista” dos últimos tempos na França².

Sendo cada vez mais reconhecido por sua contribuição teórica, sempre atrelada a uma perspectiva estratégica e militante, diversos aspectos de seu trabalho de renovação do marxismo têm sido abordados pelos comentadores. Dentre outros temas, recebeu particular atenção a sua releitura de Marx e do marxismo, com destaque para suas reflexões sobre a história, a discordância dos tempos e a razão messiânica, todas consideravelmente influenciadas por sua “inflexão benjaminiana” (Querido, 2016; Antentas, 2017). Mas, em nossa investigação, notamos um tema até então pouco abordado: a questão das classes sociais e da luta de classes. Esta avaliação é corroborada por Cinzia Arruzza e Patrick King (2020), para quem este é “um dos aspectos menos estudados de seu trabalho” e “ainda não recebeu a atenção que merece”³.

Como exceção, identificamos alguns autores que discutiram, em maior ou menor grau, esta questão (Mattos, 2019; Amorim e Galastri, 2020; Arruzza e King, 2020; e

¹ É nossa a tradução nos casos em que os textos aqui citados não tenham versão em português.

² Para Sebastian Budgen (2010), editor da *Verso Books* e membro da equipe editorial da revista *Historical Materialism*, o marxismo de Bensaïd teria sido “em quase todos os casos exemplar em sua combinação de intransigência em um nível de fundamentos com um espírito aberto, cético e crítico”. Outro membro da equipe editorial da *Historical Materialism*, Josep Maria Antentas (Estado Espanhol), tem sido um dos três autores – ao lado de Darren Roso (Austrália) e Fabio Mascaro Querido (Brasil) – que mais têm publicado trabalhos sobre a vida e obra de Daniel Bensaïd.

³ “O tratamento de Daniel Bensaïd sobre classe, de sua principal obra teórica (*Marx, o intempestivo*) em diante, é um dos aspectos menos estudados de seu trabalho. Enquanto nos últimos anos vários estudos apareceram tematizando sua crítica de filosofias da história teleológicas, seu engajamento crítico com o marxismo e seus escritos sobre estratégia, a sua crítica das concepções sociológicas e classificatórias de classe ainda não recebeu a atenção que merece” (Arruzza e King, 2020, p. 23).

principalmente Querido, 2016, p. 351-356). No entanto, a nosso ver, ainda restou por ser feita uma abordagem mais integral das reflexões de Bensaïd.

Este trabalho tem como principal objetivo, portanto, analisar precisamente a concepção de Daniel Bensaïd sobre as classes sociais e a luta de classes, buscando compreender e articular os seus aspectos principais e seus traços fundamentais.

Para dar conta disso, o texto está organizado em quatro movimentos. O primeiro está constituído pela análise da fundamentação filosófica de Bensaïd, que serve de base para suas elaborações. No segundo, focamos a maneira como o autor interpreta a presença da questão das classes em *O Capital*, de Marx. No terceiro, analisamos sua reflexão sobre os escritos políticos de Marx. Estes, articulados com *O Capital*, tornam possível a apreensão da concepção estratégica das classes sociais de Marx, segundo a leitura bensaïdiana. Por fim, no quarto movimento, a análise se debruça mais diretamente sobre a questão da luta de classes.

A metodologia que guiou a realização de nossa investigação foi, essencialmente, a pesquisa bibliográfica, centrada na interpretação sistemática de textos selecionados de Bensaïd. Isto é, não fizemos uma leitura exaustiva de sua obra. Para a compreensão do núcleo central de suas elaborações, a análise foi dirigida para duas de suas obras mais importantes: *Marx, o intempestivo* e *A discordância dos tempos*, ambas publicadas em 1995. Também analisamos passagens e especialmente capítulos de obras posteriores nas quais a nossa temática foi revisitada pelo autor.

A fundamentação filosófica: razão dialética contra o positivismo

Já na introdução de sua obra *Marx, o intempestivo*, Daniel Bensaïd (1999, p. 12-14) deixa clara a sua concepção de que a teoria de Marx não é um “sistema doutrinário”, mas sim uma “teoria crítica da luta social e da mudança do mundo”. Apresentando as três críticas de Marx – crítica da razão histórica, crítica da razão sociológica e crítica da positividade científica –, ele afirma que a teoria de Marx também não seria, nem envolveria, uma “sociologia empírica das classes”. Se pensarmos a abundância de material produzido por marxistas, ao longo de décadas, sob o rótulo de uma “sociologia das classes”, percebemos que esta afirmação de Bensaïd não é nada trivial. Mas ela está diretamente relacionada com a sua crítica filosófica ao positivismo. Ele está preocupado com a influência, a seu ver nociva, do positivismo nas leituras e interpretações sobre Marx, assim como nas elaborações do próprio marxismo.

Por isso nos diz, ainda na introdução de seu trabalho, que o pensamento de Marx vai na contramão da “racionalidade positiva”⁴.

Em uma entrevista concedida em 2009 ao pesquisador brasileiro Henrique Amorim, Bensaïd (2010, p. 96) insiste que, em Marx e Engels, não haveria uma “definição descritiva ou aproximativa” de classe social. Do seu ponto de vista, isso não seria um mero acaso. Mas se justificaria porque, “de início, Marx não trabalha com esse tipo de procedimento de ‘definição’”. A definição, esclarece ele, seria um “gênero lógico muito presente na tradição positivista francesa”, mas que “não está presente na grande lógica alemã de Hegel e de Marx, que é uma lógica da determinação – *Bestimmung*”. Em sua visão, a “questão fundamental” seria outra: a “concepção estratégica de classe realizada a partir da sua luta”, de acordo com a qual “as classes se determinam mutuamente umas em relação às outras com base em uma relação de conflito”.

O ponto mais relevante, a nosso ver, até esse momento, reside na questão filosófica que opõe uma lógica – típica da tradição positivista – que opera com “definições” e uma lógica – de matriz dialética – que procede a partir de determinações. Por um lado, a *definição* é aquilo que visa estabelecer um fim, um limite fixo, no quadro de um “jogo estático” (Bensaïd, 1999, p. 145). Por outro lado, na esteira de Hegel, operando com uma lógica das determinações, Marx buscava apreender o ser em seu *movimento*, em seu devir. Um movimento que é atravessado pela contradição, pela negatividade, pelo conflito. O que implicava, então, a necessidade de uma concepção capaz de apreender o *conflito* social em sua *dinâmica*: afinal, segundo Bensaïd (1999, p. 14) “as classes (...) [são] antes a própria expressão do devir histórico”. Neste sentido, a lógica das determinações de Marx, em vez de estabelecer uma definição (fixa, estática, definitiva), busca percorrer o caminho (dinâmico, aberto) “do abstrato ao concreto”⁵ no processo de desdobramento de seu objeto (Bensaïd, 1999, p. 145). Enquanto a racionalidade positiva busca “apaziguar e pacificar”, a razão dialética de Marx está a serviço da “decifração crítica” da vida social e da “subversão prática” da ordem dominante (Bensaïd, 1999, p. 12).

⁴ “Contra a *racionalidade positiva*, que ordena e classifica, organiza inventário e repertório, apazigua e pacifica, ela [a teoria de Marx] retira a dinâmica do conflito social e torna inteligível a fantasmagoria mercantil. (...) as classes nunca são objetos ou categorias de classificação sociológica” (Bensaïd, 1999, p. 13-14 - grifo nosso).

⁵ Sobre as noções de “abstrato” e “concreto” e a teoria das determinações de Marx, ou o seu “método”, ver Marx (2008, especialmente “Introdução”, item 3 – “O método da economia política”), assim como os comentários de José Paulo Netto (2011), Antônio Rago Filho (2004) e Daniel Bensaïd (1999, p. 342-353).

No contexto de sua crítica da razão sociológica, Bensaïd (1999, p. 149) insiste que “ninguém é menos sociólogo (no sentido comum)” do que Marx, de modo que seria um “contrassenso” exigir dele uma “‘sociologia’ segundo os critérios acadêmicos da disciplina”: “Sua ‘sociologia crítica’ é uma sociologia negativa ou uma anti-sociologia”. Estas fortes afirmações são seguidas ainda pela ideia de que a “investigação sociológica”, no máximo, pode produzir informações úteis, mas o conjunto destas jamais constituiria um “pensamento”, assim como as informações factuais, por si mesmas, não constituem um “saber”.

Esta posição de Bensaïd está relacionada à sua compreensão do surgimento da sociologia, com Auguste Comte, o pai do positivismo. Em contraposição ao “período de gestação revolucionária”, que é o “da filosofia política, do direito natural e da economia clássica”, a sociologia teria emergido “como um produto ideológico pós-revolucionário”, codificando-se como um “empreendimento de despolitização (naturalização) do social e como antídoto à luta de classes”. De modo que, para Comte, já se tratava de “‘terminar’ a revolução”; isto é, de impor-lhe um fim. No mesmo sentido, Bensaïd observa que Durkheim, posteriormente, iria se esforçar para “demonstrar que ‘as revoluções são tão impossíveis quanto os milagres’”⁶. Em resumo, nestas passagens explicita-se o caráter conservador da sociologia tradicional.

Desse modo, a questão central da formulação bensaïdiana seria que, para Marx, diferente da abordagem positivista, se trata de apreender a noção de classe a partir da *dialética do conflito* existente entre as classes, que se formam na e pela luta. Pois: “Não há classe senão na *relação conflitual* com outras classes” (Bensaïd, 1999, p. 148 - grifo nosso).

Mas, então, como compreender esta “relação conflitual” entre as classes?

Para avançar nesta direção, é necessário acrescentar mais três considerações de ordem filosófica. Em primeiro lugar, a crítica de Marx à razão sociológica, para ser melhor compreendida, precisa ser situada nos marcos de sua “crítica da positividade científica”, o que nos remete a uma discussão sobre a concepção de ciência de Marx. Conforme sustenta Bensaïd (1999, p. 286 e 288), apoiando-se em passagens de algumas cartas de Marx⁷, ele seria um herdeiro da “ciência no sentido alemão do termo” ou

⁶ E lembra ainda que, aos olhos de Gramsci, a sociologia, fundada em um “evolucionismo vulgar”, representava “uma tentativa de apreensão do social na ‘dependência do positivismo evolucionista’” (Bensaïd, 1999, p. 150).

⁷ Bensaïd menciona aqui particularmente duas cartas de Marx, datadas de 12 de novembro de 1858 e 20 de fevereiro de 1866.

simplesmente da “ciência alemã”⁸. Sua “criatividade metafórica” manifestaria a “necessidade de um conhecimento simultaneamente analítico e sintético, científico e crítico, teórico e prático”. De acordo com esta concepção, a ciência se orientaria pelo caminho da “crítica das aparências e do fetichismo”, visando “às relações internas’ para além das formas fenomenais”.

Neste quadro, uma questão central é não perder de vista a distinção crucial entre esta “ciência no sentido alemão” e as “ciências empíricas”⁹. Elas não se confundem. No entanto, essa distinção não deve levar à conclusão de que Marx despreza as ciências positivas ou inglesas. Na verdade, ele costuma se mostrar bastante “admirado e respeitoso” para com seus resultados. Em sua concepção, as ciências positivas são um “momento necessário do movimento do conhecimento”. Mas, alerta Bensaïd: “Desde que não [se] pare por aí”. Em outros termos, a ciência alemã de algum modo incorpora as ciências positivas como momentos seus, parciais e limitados, mas necessários no “movimento universalizante do conhecimento” (Bensaïd, 1999, p. 300).

Desta perspectiva, portanto, não se trata de “renunciar à totalidade sob o pretexto de elucidar cada uma de suas partes, mas de encontrar o universal no singular” (Bensaïd, 1999, p. 288-289). Pois, como já ensinava Hegel, “a totalização concreta é articulada e mediada”, onde “o todo é o conjunto de seus momentos” (Bensaïd, 1999, p. 337). É o que Marx teria buscado fazer com a sua “crítica da economia política” que, enquanto “ciência negativa, (...) não é mais uma ciência regional instalada entre outras nas divisões e nas classificações do saber acadêmico”, mas sim “o momento que permite reapreender o movimento de totalização do conhecimento numa sociedade específica – capitalista – onde o econômico determina a totalidade” (Bensaïd, 1999, p. 296).

Mas qual é, propriamente, o papel da *crítica*? Como já indicado na passagem anterior, ela é a responsável pela superação dos momentos parciais. No quadro desta “outra maneira de fazer ciência” de Marx, é a responsável por criar um “laço entre o momento necessário das ciências positivas e a totalidade destotalizada da ciência alemã” (Bensaïd, 1999, p. 309 e 315). Ela enlaça o momento das ciências positivas com

⁸ Inserir Marx na tradição da ciência alemã significa, nominalmente, colocar o seu pensamento em relação com o de pelo menos três filósofos: Spinoza, Leibniz e Hegel. “Ciência do terceiro tipo, diz Spinoza. Ciência do contingente, observa Leibniz. Ciência especulativa, acrescenta Hegel. ‘Ciência alemã’, resume Marx” (Bensaïd, 1999, p. 308). Para uma reflexão sobre estas “fontes da ciência alemã”, ver Bensaïd (1999, p. 291-311).

⁹ Segundo Bensaïd (1999, p. 310), a “ciência alemã” também poderia ser identificada pelos termos “ciência especulativa” ou “ciência filosófica”, assim como as “ciências empíricas” por “ciências positivas” ou “ciências inglesas”.

o movimento universalizante da ciência alemã. Ela recusa “as antinomias mutiladoras da parte e do todo, do sujeito e do objeto, do absoluto e do relativo, do singular e do universal, da teoria e da prática”. De algum modo, ela seria “o Espírito Santo de uma racionalidade dialética”. Bensaïd observa, enfim, que estas “articulações *determinam* o conceito de conhecimento científico sem nunca *defini-lo* positivamente” (grifo nosso).

De acordo com Bensaïd (1999, p. 318-319 e 324), este enlace operado pela crítica se daria através de um trabalho de “desconstrução das aparências”, que permite o acesso à “conexão interna” dos objetos investigados, para além de sua aparição fenomenal. A crítica seria então o “trabalho incessante da consciência contra suas próprias representações religiosas em uma sociedade historicamente determinada”. Em suma, trata-se do “trabalho do conceito, da ciência como produção e passagem”, que avança na direção de uma “diferenciação gradual” e íntima do objeto, na medida em que este se enriquece ao se tornar cada vez mais concreto – isto é, cada vez mais determinado – com o trabalho de investigação¹⁰.

Diante dessa primeira grande consideração filosófica, torna-se possível entender de que modo a “crítica da economia política” de Marx “inaugura assim uma outra maneira de fazer ciência”, um “outro saber”, uma outra “racionalidade” (Bensaïd, 1999, p. 328-330). E como esta racionalidade dialética afasta Marx da sociologia tradicional de inspiração positivista, levando-a a um esforço de apreensão das classes sociais em sua relação conflitual dinâmica.

Em segundo lugar, é preciso notar que para Bensaïd (1995, p. 116) há uma “dupla determinação” do conceito de classes sociais em Marx¹¹. De um lado, teríamos o conceito “geral e abstrato”; de outro, o “específico e concreto”. Apoiando-se em formulações de Maurice Godelier, presentes no artigo “Ordens, classes e estados em Marx” (1991), para quem haveria “dois usos da palavra classe em Marx”, ele aponta que a classe em sentido amplo (“geral e abstrato”) referiria-se a “realidades históricas [apenas] *análogas* às classes da sociedade capitalista, mas, no entanto, distintas”¹².

¹⁰ Ver também Bensaïd (2013b, p. 151-163).

¹¹ Aliás, o mesmo ocorre com outros conceitos, como o de trabalho (abstrato ou concreto), por exemplo (Bensaïd, 2010, p. 95). Ver também Bensaïd (1999, p. 345-346).

¹² Trata-se de um uso “geral e abstrato”, “não específico”, justamente por considerar apenas as semelhanças, os traços comuns, e não as diferenças. Incorporando ainda as reflexões de Godelier, Bensaïd nota que nesta “extensão genérica do termo classe”, como presente no *Manifesto comunista*, por exemplo, há uma razão “não apenas polêmica (em um texto de combate), mas também crítica: ‘O que [Marx] queria é que se visse diferentemente o que os historiadores já conheciam. Não ver outra coisa, mas ver diferentemente. Fazer com que se compreendesse de maneira diferente as ordens, tal nos parece ser a razão que levou Marx a empregar, em certos contextos, a palavra classe para designar as ordens’” (Bensaïd, 1995, p. 116).

Neste sentido, os usos do conceito de “classes” para se referir a castas, ordens e estados “especificam a luta de classes em um modo de produção determinado (feudal, asiático, antigo)”, diferentes do modo de produção capitalista. Mas as classes em sentido estrito (“específico e concreto”), isto é, no sentido moderno do termo, estão ligadas ao surgimento do modo de produção capitalista: a sua formação “pressupõe a dissolução dos laços comunitários, uma sociedade de ‘homens livres’ e juridicamente iguais, donde resulta a mobilidade individual e a estabilidade do grupo”. Esta observação é importante na medida em que as formulações de Marx que serão resgatadas por Bensaïd a seguir referem-se, específica e concretamente, às classes sociais do modo de produção capitalista¹³.

Por fim, em terceiro lugar, é preciso notar que para Bensaïd (2005) o “pensamento dialético” deve ser “capaz de conceber de conjunto a estrutura e a história”. Isto é, embora exista uma diferença entre estrutura (ou lógica) e história, em vez de considerar ou privilegiar uma em detrimento da outra, de maneira unilateral, devemos buscar apresentar a “síntese dialética de um *sistema* e de sua *história*” (Bensaïd, 1999, p. 152 - grifo nosso). Em outras palavras, está em jogo aqui uma distinção¹⁴ entre “ordem lógica” (ou ordem “lógico-estrutural”) e “ordem histórica”¹⁵. O central sendo que, em um pensamento dialético, nenhuma pode ser negligenciada: ambas devem ser articuladas¹⁶.

Esta dimensão filosófica das reflexões de Daniel Bensaïd nos parece crucial na sua abordagem sobre a questão das classes sociais. A “concepção estratégica” de classes, presente em Marx, seria então justamente o resultado da articulação (dialética) entre essas duas ordens: lógica e histórica. Desta perspectiva, compreendemos melhor a necessidade de Bensaïd articular a análise das classes presente em *O Capital* com

¹³ Amorim e Galastri (2020, p. 15-16), por exemplo, notam explicitamente essa referência de Bensaïd à “dupla determinação” do conceito de classes em Marx.

¹⁴ Para ajudar a compreender esta distinção, é útil recuperar aqui uma passagem esclarecedora de Bensaïd (1999, p. 346): “A determinação recíproca de um conceito (valor de uso / valor de troca) exprime uma dupla referência, lógica e histórica, contraditoriamente *presente no real*. Ela remete à dupla universalidade, histórica e sistêmica, das categorias utilizadas” (grifo nosso).

¹⁵ Esta distinção corresponde àquela existente entre “objeto devindo” e “história do objeto”, respectivamente relacionados à “estrutura lógica” e ao “desenvolvimento histórico” (Bensaïd, 1999, p. 355). O objeto devindo é aquele que se desdobra *logicamente* a partir de suas conexões internas, enquanto a história do objeto apresenta a sua *gênese histórica* efetiva.

¹⁶ Para Bensaïd (2000a, p. 100), a razão dialética deve *trabalhar a contradição*, e não negá-la ou evitá-la: “O pensamento dialético, enquanto pensamento crítico, é uma arma na luta para desfazer as antinomias do senso comum e pensar o mundo a ser transformado. Pensamento crítico de uma realidade historicamente determinada, ele mina as antinomias estáticas do senso comum e convida, ao invés de suprimir um termo da contradição, a se instalar no seu coração para detonar a mina aí alojada” (Bensaïd, 2005).

aquela presente nos escritos políticos de Marx, particularmente em *As lutas de classe na França*, *O dezoito de brumário de Luís Bonaparte* e *A guerra civil na França*.

O movimento de determinação das classes: ordem lógica

Em sua apresentação da concepção de Marx sobre as classes sociais, Bensaïd parte das elaborações presentes em *O Capital*, obra inacabada que, no entanto, representa o ponto mais elevado da crítica da economia política marxiana¹⁷. Com isso, busca compreender as classes, inicialmente, do ponto de vista da “ordem lógico-estrutural”. De acordo com a sua interpretação, a gênese de *O Capital* foi um “acontecimento teórico”, que não poderia deixar de ter consequências para a formulação de Marx a respeito das classes sociais (Bensaïd, 1999, p. 150). Fazendo referência a uma conhecida carta de Marx a Engels (janeiro de 1858)¹⁸, Bensaïd lembra que na ocasião da redação dos *Grundrisse*, manuscritos que continham os esboços do que viria a ser a sua obra maior, Marx “redescobre ‘*by mere accident*’ Hegel e sua grande *Lógica*. O acaso tem às vezes sua necessidade”. Esta passagem parece indicar que, para Bensaïd, o “acaso” da redescoberta de Hegel e de sua *Ciência da lógica* era, na verdade, algo necessário para o desenvolvimento da elaboração marxiana. Ele mostra que o tratamento de Marx sobre as classes atravessa o conjunto dos três volumes de *O Capital*, sendo cada volume responsável por introduzir novos níveis de determinação. Assim, ele critica e rejeita abordagens de outros autores que tendem a se apoiar exclusiva ou unilateralmente em algum dos livros de *O Capital* na tentativa de compreender a concepção de Marx sobre as classes sociais¹⁹.

¹⁷ Os autores que comentam a concepção de classes sociais de Daniel Bensaïd se referenciam, em maior ou menor medida, nas elaborações apresentadas em *Marx, o intempestivo*, em particular no seu capítulo 4 – “As classes ou o sujeito perdido” (Bensaïd, 1999, p. 141-174). Ver Amorim e Galastri (2020), Arruzza e King (2020), Mattos (2019) e Querido (2016, p. 351-356). De fato, a nosso ver, ali reside o núcleo da elaboração conceitual de Bensaïd. Porém, no geral, os comentários tendem a focar na interpretação de *O Capital* e não articular a conceituação de Bensaïd sobre as classes com as reflexões filosóficas presentes, sobretudo, na terceira parte do livro.

¹⁸ É nesta mesma carta que Marx menciona a intenção, nunca levada a cabo, de escrever um pequeno texto para “tornar acessível ao leitor comum o aspecto *racional* do método que Hegel descobriu, mas ao mesmo tempo mistificou” (Marx; Engels, 1983, p. 249).

¹⁹ Bensaïd faz referência, por exemplo, a Biagio De Giovanni (*La teoria politica delle classi nel capitale*, 1976), autor para quem “o livro II contém o essencial da teoria política das classes. Essa abordagem polêmica tem o mérito de ir de encontro a lugares-comuns segundo os quais a relação de classe reduzir-se-ia à relação de exploração na produção e de chamar a atenção sobre a importância não raro subestimada do livro II. Abrija todavia o defeito de cristalizar a teoria das classes no *nível da circulação*, em lugar de *perseguir logicamente* o movimento de sua determinação na *reprodução global*” (Bensaïd, 1999, p. 158 - grifo nosso).

Em *O Capital*, Marx desvenda, desdobra e articula as “determinações inacabadas da totalidade dialética”, através de uma “passagem do abstrato ao concreto como ‘síntese de numerosas determinações’ e ‘unidade da diversidade’”. “As classes revelam-se no e pelo movimento do *Capital*” (Bensaïd, 1999, p. 152-153). Este processo se cumpre “logicamente” apenas no Livro III. Isso significa que, do ponto de vista da ordem lógico-estrutural, o Livro III é o momento “final” da elaboração de Marx²⁰. No entanto, como veremos, isso não implica que a questão se encerre aí. Inclusive porque, como já dito, a ordem lógico-estrutural não pode encerrar, por si só, uma análise dialética.

Qual é, então, o movimento lógico de determinação das classes segundo *O Capital*?

Na leitura de Bensaïd, o Livro I (sobre o processo de produção) fornece apenas a primeira palavra, o primeiro nível de abstração, que é o da “relação de exploração” entre trabalho assalariado e capital. Nele não encontramos uma “concepção sistemática e acabada das classes”, mas tão somente “a primeira e mais abstrata de suas determinações” (Bensaïd, 1999, p. 155). Neste nível, introduz-se: a) a “especificidade das classes modernas”, que se baseiam na “liberdade formal da força de trabalho”, diferentemente do que ocorre nas sociedades de castas e de corporação; e b) o “pressuposto da relação de exploração: a luta de classes, que determina o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da força de trabalho”.

O Livro II (sobre o processo de circulação), por sua vez, “trata das relações de classe na unidade da produção e da circulação” e “desenvolve o ciclo das metamorfoses do capital”, que é um processo de “sucessão de atos de compra e venda” (Bensaïd, 1999, p. 155 e 157). Neste nível, a relação de exploração aparece transformada: agora, entre trabalhador como “assalariado que vende sua força de trabalho” e capitalista como “detentor de capital monetário” (que compra, com seu dinheiro, a força de trabalho). Nesta relação, o que está em jogo é apreendido não mais sob o ângulo da “divisão do tempo de trabalho” (como no processo de produção), mas sob o ângulo da “negociação conflitual da força de trabalho enquanto mercadoria”.

É somente no Livro III (sobre o processo de produção e reprodução global) que as classes são objeto de um capítulo específico, momento em que, segundo Bensaïd

²⁰ “A ordem estrutural enriquece-se com novas determinações indo do abstrato ao concreto, do geral ao particular, seguindo o movimento de mediação pelo qual o universal se particulariza” (Bensaïd, 1999, p. 356-357).

(1999, p. 159-160), as condições teóricas para uma abordagem sistemática estão enfim reunidas. Neste nível, as “determinações parciais das classes” anteriormente introduzidas – “ao nível da extorsão da mais-valia no processo de produção e da venda da força de trabalho no processo de circulação” – são integradas no “movimento global da concorrência, da perequação da taxa de lucro, da especialização funcional dos capitais, da distribuição da renda”. Apenas neste momento as classes “podem aparecer como outra coisa além de uma soma de indivíduos que preenchem uma função social análoga”. É também neste momento que se torna mais evidente e explícito que a exploração de classe não é individual, mas social: “as relações de classes não podem reduzir-se ao confronto entre patrão e operário na empresa. Social, a exploração pressupõe sempre o metabolismo da concorrência, a formação de uma taxa média de lucro, a determinação do tempo de trabalho socialmente necessário”. A exploração é de toda a classe trabalhadora pelo conjunto do capital, do “trabalho total” pelo “capital total”.

O capítulo dedicado às classes sociais, no Livro III, permaneceu inacabado. Ele indica as “três grandes classes” (e não necessariamente as únicas) da sociedade moderna baseada no modo de produção capitalista: assalariados, capitalistas e proprietários de terras. Cada uma tem diferentes fontes de renda: respectivamente, salário, lucro e renda da terra (renda fundiária). Desse modo, as três grandes classes *parecem*, “à primeira vista”, “determinadas de uma vez por todas pela renda” (natureza e montante). Mas, atenção. Somente “à primeira vista” porque, deste ponto de vista, do “critério classificatório da renda”, se apenas isso fosse levado em consideração, cairíamos no “esmigalhamento de uma sociologia descritiva”, que se perde na fragmentação infinita e se afasta da verdade do todo (Bensaïd, 1999, p. 161).

Mas o manuscrito de Marx foi interrompido, restando um “formidável suspense teórico” a respeito de como ele poderia ter sido continuado. E sobre como seria a melhor forma de interpretá-lo e de desenvolvê-lo de maneira coerente.

De acordo com Bensaïd (1999, p. 162-164), seguindo a recomendação do prefácio de 1857, seria necessário “reaprender em sua unidade o conjunto das determinações” apresentadas ao longo dos três livros de *O Capital*: “a relação de exploração que dá conta da mais-valia, a relação salarial que faz por sua vez do trabalhador um comprador e um vendedor de mercadoria, o trabalho direto e indiretamente produtivo, a divisão social do trabalho, a natureza e o montante da renda”. Assim, seguindo a lógica das múltiplas determinações de seu objeto, vemos que Marx

em vez de “definir *uma* classe” (no singular), “apreende relações de conflitos entre classes” (no plural), “visa à relação de classe em sua dinâmica conflitual”. Desta perspectiva, o capítulo inacabado sobre as classes deve ser entendido como um “passo suplementar na determinação do concreto”. Mas que não teria como encerrar a questão, pois ainda restariam determinações que implicam a “análise da família, da educação e do Estado, e, para além ainda, a luta política propriamente dita”.

Diante deste quadro (incompleto e inacabado), Bensaïd sustenta que seria então necessário subverter a problemática: “Seria preciso recortar então o caminho inacabado de *O Capital* a partir do caminho inverso, que iria da luta de classes como luta política ao modo de produção”. Em outras palavras, caberia agora então complementar a “ordem lógica” (presente em *O Capital*) com a “ordem histórica” (presente nos escritos políticos de Marx). Isto é, dado que Marx “percorre um caminho infinito de determinações que visam à totalidade sem atingi-la”²¹, seria o momento de analisar as classes sociais não mais do ponto de vista que apreende o modo de produção capitalista em sua lógica (ou estrutura), mas do ponto de vista que as observa (as classes sociais) em sua manifestação historicamente mais viva (Bensaïd, 1999, p. 173). Daí a necessidade, sem perder de vista as elaborações e determinações presentes em *O Capital*, de se recorrer aos escritos políticos de Marx, onde ele “oferece a última palavra sobre a questão” e desdobra plenamente a complexidade deste “sistema de relações estruturado pela luta” (Bensaïd, 1999, p. 145).

As classes sociais nos escritos políticos de Marx: ordem histórica

Do ponto de vista da “ordem histórica”, quatro aspectos nos parecem de grande relevância na abordagem de Bensaïd. Sua preocupação de partida é entender como se dá a representação política das classes sociais. Em outras palavras, como as relações *sociais* de classe são representadas no terreno *político*. Neste contexto, antes de tudo, é preciso levar em consideração a distinção entre a esfera social e a esfera política, cuja consequência é a autonomia relativa do político e sua irredutibilidade ao social: no “campo específico do político, as relações de classes adquirem um grau de complexidade irredutível ao antagonismo bipolar que entretanto as determina” (Bensaïd,

²¹ É o que está em jogo quando Bensaïd (1999, p. 335-342 - especialmente p. 337) discute a totalização ou “totalidade aberta” (Henri Lefebvre), “totalidade destotalizada” (Jean-Paul Sartre) ou ainda a ideia de uma “totalidade sistêmica aberta” (Roy Bhaskar).

1999, p. 164). Isso não significa que o político não seja determinado pelo social (e vice-versa), mas sim que há uma interação recíproca entre as duas dimensões. Não há, portanto, nenhum determinismo mecânico e/ou unilateral. Vale dizer: “A representação política não é a mera manifestação de uma natureza social”²².

Neste âmbito, um primeiro ponto a se observar é o modo como “as relações de produção articulam-se aí com o Estado”, isto é, o modo como se relaciona o “interesse material da burguesia” com a “manutenção da máquina governamental” (nomeadamente, a burocracia parlamentar, executiva, administrativa, judiciária, militar, etc.) (Bensaïd, 1999, p. 165) É através deste laço que “se diferenciam as frações de classe, elaboram-se as representações políticas e tramam-se as alianças”. Estas “articulações cruzadas” promovem diferenciações de classe, tendo como ponto de partida a relação entre as classes fundamentais “determinadas pelo antagonismo das relações de produção”. Há aqui uma “dialética entre relações sociais e representação política”, que se desenrola a partir da “polarização” estratégica que se dá entre as classes fundamentais sem, no entanto, se reduzir a elas²³.

Talvez a questão central que Bensaïd (1999, p. 167) busca enfatizar aqui seja que a “estrutura social de classe” não determina mecanicamente “a representação e o conflito políticos”. Há uma “autonomia política relativa” que faz com que, embora um Estado ou um partido possam ter um “caráter de classe”, haja uma “ampla gama de variações à expressão dessa ‘natureza’”. Isto é, como já dissemos: o social e o político interagem reciprocamente, porém sem se confundirem.

O segundo ponto é que “a relação entre a estrutura social e a luta política é mediada pelas relações de dependência e de dominação entre nações em escala internacional”. Bensaïd recolhe de Marx o exemplo da classe trabalhadora inglesa, a partir de uma carta a Engels (setembro de 1858) e de uma mensagem do conselho geral da Associação Internacional de Trabalhadores – AIT (janeiro de 1870). Considerando a Inglaterra como a “metrópole do capital”, assim como sua relação de dominação em face da Irlanda, Marx entende que a burguesia inglesa explora a miséria irlandesa não só

²² “A luta política das classes não é o reflexo superficial de uma essência. Articulada como uma linguagem, ela opera por deslocamentos e condensações das contradições sociais. Tem seus sonhos, seus pesadelos e seus lapsos” (Bensaïd, 1999, p. 164).

²³ De modo que as “classes médias”, por exemplo, embora sofram a polarização das classes fundamentais, não deixam de “representar um papel próprio” (Bensaïd, 1999, p. 165). Neste mesmo sentido, em contraposição ao “uso sociológico” do conceito, “se tomamos a utilização de classe no sentido estratégico, o interessante é a *polarização fundamental* de classe. Isso não elimina que existam estratos, categorias chamadas intermediárias, mas que são puxadas e polarizadas pelas classes fundamentais que formam as relações de classe estrutural” (Bensaïd, 2010, p. 97 - grifo nosso).

para “rebaixar, pela emigração forçada dos pobres irlandeses, a classe operária na Inglaterra; além disso, ela dividiu o proletariado em dois campos hostis”. Nesta passagem vemos como a constituição das classes sociais também é determinada pelas relações entre as nações, a ponto de levar o proletariado inglês a um processo de “aburguesamento”.

Neste contexto, o problema não é apenas que a burguesia inglesa se utiliza da imigração da força de trabalho irlandesa para promover um rebaixamento de salários da classe trabalhadora na Inglaterra. Ou seja, não é apenas que a burguesia consegue fazer com que as consequências das crises e desigualdades geradas por seu sistema resultem em mais prejuízo aos trabalhadores. Mas também que isso gera uma *divisão* entre os trabalhadores. Por um lado, com frequência, eles efetivamente experienciam condições de vida diferentes (e desiguais) a depender de sua nacionalidade – neste caso, se inglês ou irlandês. Por outro lado, aprofundam-se as contradições internas à classe trabalhadora, ao gerar uma divisão entre “dois campos hostis” (nacionais e estrangeiros) que dificulta a construção da identidade e solidariedade de classe, condicionando e restando assim o avanço de uma consciência de classe coletiva, baseada na sua experiência comum de luta e de organização. Percebemos, então, como esta determinação “nacional”, por assim dizer, das relações de classe, não é menor do ponto de vista da luta de classes, especialmente quando esta é concebida em termos estratégicos²⁴.

O terceiro ponto a ser considerado diz respeito ao proletariado como “classe potencialmente emancipadora”. O que significa que a realização deste *potencial* não é necessária nem automática, não está assegurada de antemão. De um lado, no seu processo de formação, o desenvolvimento de sua consciência se depara com obstáculos (estruturais) relacionados à “reificação das relações sociais” (Bensaïd, 1999, p. 166). De outro, há também os efeitos (históricos) decorrentes das vitórias e derrotas políticas²⁵. Notamos aqui, mais uma vez, o entrelaçamento entre estrutura e história. A consequência disto é que o desenvolvimento da consciência de classe não é nem uma “necessidade histórica” (no sentido de que a realidade deverá, necessariamente, avançar nesta direção) e nem linear. Do mesmo modo, a própria dinâmica da luta de classes

²⁴ Duas boas ilustrações dessa maneira bensaïdiana de pensar a política em termos estratégicos podem ser encontradas em seus artigos *A política como arte estratégica* e *Estratégia e política – de Marx à III Internacional* (Bensaïd, 2007a e 2007b).

²⁵ Bensaïd (1999, p. 166) lembra aqui uma passagem de *O dezoito de brumário de Luís Bonaparte*, de Marx: “Os operários renunciavam à honra de ser uma classe conquistadora, abandonavam-se à sua sorte, provando que a derrota de junho de 1848 tinha-os tornado, por anos ainda, impróprios para a luta”.

também não é linear, mas contraditória, desigual e ritmada. Trata-se, afinal, de uma luta, cujo desfecho está aberto às incertezas e não pode ser previsto, como Bensaïd gostava de dizer (lembrando Gramsci)²⁶.

Note-se que Bensaïd fala em “proletariado”. Em uma de suas obras, ele chama a atenção para as diferenças de vocabulário entre as línguas, referindo-se particularmente aos contextos francês, inglês e alemão²⁷. Em cada um destes, a conformação do léxico marxista possui peculiaridades. Bensaïd (2008, p. 36) nos recorda assim que, no século XIX, falava-se em “classes trabalhadoras, no plural”. Os termos em alemão e inglês, respectivamente *arbeiterklasse* e *working class*, permanecem bastante genéricos. Por outro lado, o uso de *classe ouvrière*, “dominante no vocabulário francês, tem uma conotação sociológica propícia a equívocos”, pois “designa principalmente o proletariado industrial”. Neste caso, a exceção seria o “assalariado de serviços e de comércio, que se submete a condições de exploração análogas do ponto de vista de sua relação com a propriedade privada dos meios de produção, de seu lugar na divisão do trabalho ou da forma salarial de sua renda”. Diante desta problemática, que não se restringe a um mero problema de convenção terminológica²⁸, a posição de Bensaïd é clara: “Marx fala de proletários. Apesar de seu aparente desuso, o termo é ao mesmo tempo mais rigoroso e mais abrangente do que classe operária”.

O quarto ponto fundamental é a problematização, por Bensaïd (1999, p. 167-169), da formulação clássica da dialética do em-si e do para-si para se pensar a classe trabalhadora. Em sua visão, esta formulação tende a pressupor que seria possível

²⁶ Marx reconhece esses obstáculos, mas não os torna absolutos, intransponíveis; a sua aposta, que sempre guarda um grau irredutível de incerteza, passa necessariamente pela luta política: “Como de nada tornar-se tudo? Tal é o mistério insolúvel da emancipação a partir da submissão e da alienação. Ele [Marx] encontra sua resposta no confronto político e na luta de classes: somente a luta pode romper esse círculo vicioso” (Bensaïd, 1999, p. 155). Ver também *Trabalhar para a incerteza* (Bensaïd, 2000b).

²⁷ Mattos (2019, p. 21-25) dedica uma passagem considerável de sua obra para discutir esta questão, estendendo sua reflexão ao português (e outras línguas neolatinas), onde a expressão “classe operária” pode padecer dos mesmos problemas que os observados na língua francesa: “Marx utilizava expressões que podemos traduzir literalmente como ‘classe trabalhadora’ ou ‘proletariado’. (...) Marx, que conhecia a palavra “*ouvrière*” e a usou algumas vezes ao tratar da França, não optou por ela, como fez em outros momentos ao escolher um termo francês para definir melhor expressões que considerava inadequadas ou inexistentes em alemão. Tal questão de vocabulário não é menor. Muito da dificuldade em reconhecer hoje o potencial emancipatório do proletariado como sujeito revolucionário relaciona-se ao uso de uma concepção demasiado estreita do que venha a ser essa classe” (Mattos, 2019, p. 23).

²⁸ Comentando uma problemática relacionada, Bensaïd aponta que “com frequência essas noções de trabalho produtivo e improdutivo foram utilizadas política e ideologicamente para compor uma *definição restritiva de classe operária*, que o Partido Comunista utilizava claramente na França para designar somente os operários da indústria, excluindo os ‘employés’ (...). Aqui temos uma definição do movimento operário tipicamente obreirista e restritiva que tem o papel de autolegitimar, sobretudo, o Partido Comunista [PCF] como representante da classe operária, sendo todo o resto pequena burguesia” (2010, p. 99-100 - grifo nosso).

a existência objetiva de uma classe (“classe-em-si”) ao mesmo tempo em que ela ainda não existisse subjetivamente (“classe-para-si”)²⁹. Para ele, esta abordagem estaria relacionada a uma “representação filosófica do proletariado característica das obras de juventude” de Marx e a uma “problemática do autodesenvolvimento da subjetividade histórica” (permanecendo, portanto, ainda muito próxima da filosofia hegeliana). Bensaïd mostra como, embora pouco frequentes, algumas passagens de Marx serviram de base para interpretações hegelianas de sua obra³⁰.

Em sua visão, um dos principais problemas desta abordagem seria a concepção de que haveria alguma espécie de “desenvolvimento necessário” na passagem do “em-si” ao “para-si”. Por exemplo, quando Labriola afirma em seus textos sobre o *Manifesto comunista* que a “ação, inevitavelmente revolucionária”, do proletariado “deverá desembocar necessariamente no comunismo”. Já para Lukács, em *História e consciência de classe*, o partido seria, em si mesmo, o responsável pelo cumprimento do “para-si” da classe, tornando-se ele próprio a “forma da consciência de classe do proletariado”. O desvio aqui envolveria uma visão substitucionista, de acordo com a qual o sujeito revolucionário, em vez de ser a classe trabalhadora – e o partido cumprir um papel de mediador³¹ –, torna-se o partido. Neste quadro, a consciência de classe se localiza exclusivamente – e de maneira hipostasiada – no partido, independentemente do que se passa na consciência efetiva da classe trabalhadora realmente existente³². Deste ponto de vista, compartilhando, por uma via própria, da confusão entre classe e partido promovida pela II Internacional, em Lukács a classe é absorvida no partido³³.

O objetivo fundamental de Bensaïd nos parece ser a recusa de uma dicotomia que dissocia objetividade e subjetividade da classe trabalhadora³⁴. Marx, em vez de

²⁹ A problemática da “formação” da consciência de classe chama a atenção para o fato de que se trata de um processo aberto. Não se parte do “grau zero”, mas também não se “avança” em direção a um fim pré-estabelecido e necessário. Neste sentido, são abordagens diferentes colocar o problema em termos de existência (ou não existência) subjetiva da classe, sem nuances; ou então, por outro lado, pensar como se dá o seu processo contraditório de formação, com suas idas e vindas.

³⁰ Por exemplo, alguns trechos da *Miséria da filosofia* e da sua carta a Weydemeyer, datada de 5 de março de 1852.

³¹ Sobre este ponto, ver Michael Löwy (2009), *A teoria marxista do partido*, e Daniel Bensaïd (2015), *Os saltos! Os saltos! Os saltos! – Sobre Lênin e a política*.

³² Bensaïd (1999, p. 169-170) mostra como esta formulação desemboca então em uma perspectiva “mais ‘leninista’ que Lênin”, uma espécie de “ultrabolchevismo teórico quanto à questão da organização e do partido”. Esta passagem ecoa o acerto de contas de Bensaïd, iniciado já nos anos 70, em relação a algumas posições sustentadas por ele e por sua organização na virada dos anos 60 aos 70. Sobre este processo, ver Querido (2022, p. 20-40).

³³ No discurso dominante na II Internacional, a confusão seria a identificação entre o partido e o “movimento multiforme da classe” (Bensaïd, 1999, p. 170).

³⁴ “Na *dinâmica* das relações de classe, a subjetividade da consciência não pode emancipar-se arbitrariamente da estrutura, tanto quanto a objetividade do ser não pode destacar-se passivamente da consciência” (Bensaïd, 1999, p. 168).

“separar o sujeito do objeto”, “parte de seus entrelaçamentos e de suas subversões amorosas”. Um não vai sem o outro. Quando pensamos o processo de formação da classe, nunca se está no “grau zero”. Pois a existência objetiva da classe sempre carrega consigo algum grau de existência subjetiva³⁵. Não pode haver dissociação absoluta aqui. No máximo, para usar livremente uma expressão cara a Bensaïd, podemos dizer que existe uma discordância entre as duas instâncias. Mas há sempre um “entrelaçamento”.

As classes existem “apenas na dialética de sua luta”, somente em sua relação de conflito, e jamais como “realidades separáveis”, como entidades isoladas umas das outras (Bensaïd, 1999, p. 173-174). E elas estão sempre em luta, mesmo quando são atenuadas as formas mais conscientes ou as manifestações mais intensas dessa luta. Além de não-linear, o desenvolvimento da consciência de classe é heterogêneo e desigual. Isto é, expressa-se de maneira diversa e em níveis distintos nos diferentes setores da classe. Lembra Bensaïd (1999, p. 173-174): “Elas [as classes] não desaparecem quando as formas mais vivas ou as mais conscientes da luta se atenuam. Heterogênea e desigual, a consciência é inerente ao conflito que começa com a venda da força de trabalho e a resistência à exploração. E que não cessa mais”.

A diagonal de classe e seu caráter transversal

Para Bensaïd (1995, p. 109 e 112), a sociedade de classes não é simplesmente uma sociedade em que *existem* classes, mas uma sociedade cujo funcionamento está *estruturado* em torno de relações de classes” (grifo nosso). Tendo isso em vista, ele conclui que a luta de classes está “no centro da transformação social e histórica”. Em sua visão, esta seria a posição de Marx.

No entanto, Bensaïd (1995, p. 130) critica explicitamente, por exemplo, “certas leituras de Marx” que consideram a opressão das mulheres um “simples efeito derivado do capitalismo”, a ser “naturalmente” extinto “com a abolição da propriedade privada e o acesso massivo das mulheres ao trabalho produtivo”. Em sua visão, “esta interpretação não é aceitável”, seja ela ingênua ou interessada. “Nada garante” que a opressão das mulheres, “indiscutivelmente anterior às relações de exploração capitalista”, desaparecerá com a derrubada do capitalismo. Por isso, frisa Bensaïd

³⁵ Embora a concepção de Daniel Bensaïd não possa ser reduzida a isso, como acreditamos já ter sido possível notar, algumas de suas formulações são convergentes com a perspectiva de E. P. Thompson, conforme já sustentaram, de diferentes maneiras e com diferentes enfoques, alguns autores (Mattos, 2012, p. 94; Galastri, 2014, p. 37; Arruza e King, 2020, p. 31-36).

(1995, p. 136) que as “relações sociais antagônicas”, dentre elas as “relações de sexo”, “não [são] redutíveis apenas às relações de classe”. Isto é, as relações de conflito existentes na sociedade capitalista não se reduzem às relações de classe.

Porém, embora reconheça uma “imbricação e articulação” específicas, no modo de produção capitalista, entre as relações de sexo e as relações de classe – imbricação e articulação estas cujas modalidades devem justamente ser determinadas teoricamente –, Bensaïd parece se inclinar para uma posição que, sem considerar a opressão como “secundária”³⁶, reconhece um papel de destaque para as *relações de classe*. É neste sentido que interpretamos a passagem segundo a qual a sociedade de classes é aquela cujo funcionamento está *estruturado em torno das relações de classe*. E também quando afirma que, para Marx, a *luta de classes* estaria no *centro da transformação social e histórica*.

Há ainda outras passagens que reforçam nossa interpretação. Dentre as quais destacamos a seguinte: “O conflito de classes não é um conflito entre outros. No coração do modo de produção dominante, ele estrutura o conjunto da socialização”. Se o conflito de classes não é *só mais um* dentre as demais relações conflituais, é ele quem exerce um *papel central*, na medida precisa em que está no *coração* do modo de produção capitalista e em que *estrutura o conjunto* da socialização. Deste ponto de vista, a “diagonal de classe” é entendida como transversal às demais relações conflituais, sendo a que condiciona e articula o conjunto das relações sociais.

Na sua relação com a opressão das mulheres, o capitalismo não se limita a simplesmente reproduzir uma opressão que já existia anteriormente, em outros modos de produção. Ele “a redefine, a remodela, a reorganiza” (Bensaïd, 1995, p. 129). Neste sentido, nas palavras de Bensaïd (1995, p. 136): “Nada prova, no entanto, que a *ordem cronológica* determina a *articulação lógica* das contradições” (grifo nosso). Isto é, a anterioridade histórica da divisão sexual do trabalho e da opressão das mulheres em relação ao conflito de classes no seu sentido moderno (no quadro do modo de produção capitalista) não implica que aquelas tenham uma preponderância sobre este do ponto de

³⁶ Já neste momento a preocupação de Bensaïd em não considerar como “secundária” a opressão das mulheres parece residir em uma razão não só de ordem analítica, mas também de ordem política. Visa alertar para o fato de que a opressão das mulheres não se extinguirá automaticamente com o fim do capitalismo, exigindo, conseqüentemente, a intervenção autônoma do movimento de mulheres: “A opressão existiu antes do capitalismo. Ela não desaparecerá instantaneamente com ele, sem uma luta específica envolvendo um outro registro temporal. Daí a autonomia necessária do movimento de emancipação das mulheres” (Bensaïd, 1995, p. 144-145). A nosso ver, a preocupação de Bensaïd é também rejeitar uma concepção que ignora a importância do combate à opressão das mulheres e que o relega tão somente a um futuro pós-revolução.

vista da estruturação do conjunto das relações sociais ou da articulação da totalidade de contradições presentes no interior da sociedade de classes capitalista. Pois o “capital se apropria de uma forma específica de opressão preexistente e a *submete* a seus próprios imperativos de reprodução” (grifo nosso).

Ou seja, é a contradição de classe, determinada pela relação entre capital e trabalho, que determina as demais formas de opressão e as submete à sua lógica. É a luta de classes então que determina o “modo de regulação global” da sociedade, a “coerência da relação social”, funcionando como “vetor de universalização” capaz de “articular as diferentes contradições sociais”. Em outras palavras, é ela (a luta de classes) que é capaz de articular as diferentes lutas dos explorados e oprimidos contra o seu inimigo comum³⁷ (Bensaïd, 1995, p. 144).

Conclusão

Buscamos mostrar como a reflexão filosófica de Bensaïd é importante para uma compreensão mais profunda e integral de suas elaborações sobre as classes sociais. Em particular, exerce grande influência em sua formulação a distinção entre ordem lógica e ordem histórica, assim como a reflexão sobre a concepção de ciência de Marx e sua lógica das determinações de matriz dialética. Assim, acreditamos ter tanto explicitado a dimensão filosófica da concepção estratégica de Bensaïd sobre as classes sociais como analisado seus aspectos principais. Por fim, delineamos alguns traços centrais da visão de Bensaïd sobre a centralidade da luta de classes. Com este trabalho, então, esperamos ter jogado luz sobre a relevância da contribuição intelectual de Daniel Bensaïd para a compreensão da teoria de Marx e das classes sociais no interior do modo de produção capitalista.

Referências bibliográficas

³⁷ Diferentemente, por exemplo, das relações de sexo e de raça, a relação de classe, de exploração (social), é consubstancial ao capital: é, por princípio, incompatível com ele. Não pode haver capital sem haver exploração (pelo menos dado um determinado nível de abstração). Eis porque a “exploração de classe tem um estatuto distinto da opressão, ‘uma função estratégica no coração mesmo do capitalismo’, que a pluralização dos conflitos não esgota: ‘Uma democracia fundada sobre a diferença de classe é uma contradição em termos’”, pois o “capitalismo é construído pela opressão de classe”, lembra Bensaïd (1995, p. 144 - grifo nosso), apoiando-se em formulações de Ellen Meiksins Wood.

- ALI, Tariq (2013). “Foreword: A letter from Atlantis”. In: BENSAÏD, Daniel (2013a). *An impatient life: a political memoir*. London, New York: Verso.
- AMORIM, Henrique; GALASTRI, Leandro (2020). Editorial – dossiê “A discordância dos tempos: Daniel Bensaïd e a crítica social contemporânea”. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, v. 10, n. 1, p. 7-20.
- ANTENTAS, Josep María (2017). “Daniel Bensaïd: de la historia nos muerde la nuca a la lenta impaciencia”. In: BENSAÏD, Daniel (2017). *Estrategia y partido*. Barcelona: Sylone.
- ARRUZA, Cinzia; KING, Patrick (2020). “Class struggle is not a game”: Daniel Bensaïd’s relational conception of class. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, v. 10., n. 1, p. 21-44.
- BENSAÏD, Daniel. (1995). *La discordance des temps: essais sur les crises, les classes, l’histoire*. Paris: Éditions de la passion.
- _____ (1999). *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2000a). “Trabalho e emancipação”. In: BENSAÏD, Daniel; LÖWY, Michael (2000). *Marxismo, modernidade e utopia*. Organização e apresentação de José Corrêa Leite. São Paulo: Xamã.
- _____ (2000b). “Trabalhar para a incerteza”. In: BENSAÏD, Daniel; LÖWY, Michael (2000). *Marxismo, modernidade e utopia*. Organização e apresentação de José Corrêa Leite. São Paulo: Xamã.
- _____ (2005). “Dialectique et révolution”. Disponível em: [Disponível em: http://danielbensaid.org/Dialectique-et-revolution?lang=fr](http://danielbensaid.org/Dialectique-et-revolution?lang=fr)
- _____ (2007a). “La politique comme art stratégique”. Disponível em: [Disponível em: http://danielbensaid.org/La-politique-comme-art-strategique-1625](http://danielbensaid.org/La-politique-comme-art-strategique-1625)
- _____ (2007b). “Stratégie et politique – De Marx à la IIIe Internationale”. Disponível em: [Disponível em: https://danielbensaid.org/De-Marx-a-la-IIIe-Internationale](https://danielbensaid.org/De-Marx-a-la-IIIe-Internationale)
- _____ (2010). “Entrevista a Henrique Amorim”. *Crítica Marxista*, n. 30, p. 89-102.
- _____ (2013a). *An impatient life: a political memoir*. London, New York: Verso.
- _____ (2013b). *Marx, manual de instruções*. São Paulo: Boitempo.
- _____ (2015). Os saltos! Os saltos! Os saltos! – Sobre Lênin e a política. *Cadernos Cemarx*, n. 7, p. 247-270.
- _____ (2017). *Estrategia y partido*. Barcelona: Sylone.

- _____ (2019). *Espetáculo, fetichismo, ideologia (um livro inacabado)*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura.
- BENSAÏD, Daniel; LÖWY, Michael (2000). *Marxismo, modernidade e utopia*. Organização e apresentação de José Corrêa Leite. São Paulo: Xamã.
- BUDGEN, Sebastian (2010). The red hussar: Daniel Bensaïd, 1946-2010. *International Socialism*, n. 127.
- GALASTRI, Leandro (2014). Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. *Crítica Marxista*, n. 39., p. 35-55.
- LÖWY, Michael (2009). La théorie marxiste du parti. *Actuel Marx*, n. 46, p. 27-51.
- _____ (2019). “Daniel Bensaïd, comunista herético”. In: BENSAÏD, Daniel (2019). *Espetáculo, fetichismo, ideologia (um livro inacabado)*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura.
- MARX, Karl (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1983). *Collected Works. Vol. 40 – Letters 1856-1859*. London: Lawrence & Wishart.
- MATTOS, Marcelo Badaró (2012). *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- _____ (2019). *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo.
- NETTO, José Paulo (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- QUERIDO, Fabio Mascaro (2016). *Resistência intelectual e engajamento político em Michael Löwy e Daniel Bensaïd: afinidades benjaminianas*. Tese de doutorado em Sociologia: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
- _____ (2022). *Daniel Bensaïd: intelectual em combate*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- RAGO FILHO, Antônio (2004). J. Chasin: redescobrimo Marx – A teoria das abstrações. *Verinotio*, n. 1.